

Dossiê: “Parentescos contemporâneos: possibilidades em campos interseccionados”

O caminho do parentesco ou o parentesco como situação inescusável?

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos

Doutoranda em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia (PPGAS/UnB)

e-mail: anaclarasousadamasio@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-7426-7486>

RESUMO

O presente relato etnográfico tem a intenção de proporcionar uma descrição e análise de um caso etnográfico do meu campo de pesquisa vinculado ao parentesco, família, migração, gênero e geração. Campo esse que ocorreu ao longo do mestrado em antropologia social na Universidade Federal de Goiás (UFG) e que continua em curso agora no doutorado no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Com isso, pretendo compreender etnograficamente como, a partir de duas parentes-interlocutoras, minha mãe Analice (54 anos) e minha avó Anita (75 anos), consigo desenhar, pesar e mensurar os caminhos do parentesco que se enredam aos caminhos do gênero e da geração, para então compreender a inescusabilidade do parentesco contemporaneamente.

Palavras-chave: Parentesco; Família; Etnografia; Antropologia; Gênero.

The path of kinship or kinship as an inexcusable situation?

ABSTRACT

The present ethnographic report is intended to provide a description and analysis of an ethnographic case from my field of research linked to kinship, family, migration, gender and generation. This field took place during the master's degree in social anthropology at the Federal University of Goiás (UFG) and which is now ongoing in the doctorate at the Department of Anthropology (DAN) at the University of Brasília (UnB). With this, I intend to understand ethnographically how, from two relatives-interlocutors, my mother Analice (54 years old) and my grandmother Anita (75 years old) I am able to draw, weigh and measure the paths of kinship that intertwine with the paths of gender and generation, to then understand the inexcusability of kinship contemporarily.

Keywords: Kinship; Family; Ethnography; Anthropology; Gender.

¿El camino del parentesco o el parentesco como situación inexcusable?

RESUMEN

El presente informe etnográfico pretende brindar una descripción y análisis de un caso etnográfico de mi campo de investigación vinculado al parentesco, la familia, la migración, el género y la generación. Este campo tuvo lugar durante la maestría en antropología social de la Universidad Federal de Goiás (UFG) y ahora está en curso en el doctorado del Departamento de Antropología (DAN) de la Universidad de Brasília (UnB). Con esto pretendo comprender etnográficamente cómo, a partir de dos parientes-interlocutores, mi madre Analice (54 años) y mi abuela Anita (75 años) soy capaz de dibujar, sopesar y medir los caminos de parentesco que se entrelazan con la caminos de género y generación. , para luego comprender la inexcusabilidad del parentesco en la contemporaneidad.

Palabras clave: Parentesco; Familia; Etnografía; Antropología; Género.

Introdução

O presente relato etnográfico tem a intenção de dissertar acerca de um caso do meu campo de pesquisa e discutir como o parentesco cria contemporaneamente relações de dever e o sentimento de obrigação. O parentesco é aqui entendido e circunscrito enquanto um princípio de classificação de pessoas que pertencem ao mesmo grupo (AUGÉ, 1975). Já o sentimento de obrigação aqui utilizado advém das trocas que ocorrem no primeiro núcleo de cuidado e assistência da qual uma pessoa fez/faz parte: o grupo doméstico (FORTES, 1974). Será possível compreender como esse sentimento de obrigação-dívida é criado a partir de trocas (MAUSS, 1974) que ocorrem desde o nascimento da pessoa e que tende, caso tudo ocorra dentro do esperado, a se estender ao longo de todo o cumprimento do seu curso de vida. A intenção é pensar o parentesco em seus próprios termos (MALINOWSKI, 1930) e considerar como seus viventes lidam e agenciam as expectativas de reciprocidade e o sentimento de obrigação criado pela família.

O caso etnográfico descrito e analisado mais abaixo nasceu do meu campo de pesquisa, que buscou compreender a intersecção entre gênero, geração e família no sul Piauiense, mais especificamente em Canto do Buriti (DAMÁSIO, 2020). A cidade conta com aproximadamente vinte mil habitantes, é de clima semiárido e fica há quatrocentos e cinquenta quilômetros da capital Teresina. O caso etnográfico aqui descrito se desdobra ao longo do tempo por não ser acompanhado apenas no mestrado, mas também por ser analisado agora no doutorado. Nos dois momentos, tomei minhas parentes maternas como interlocutoras, o que intitulo de parentes-interlocutoras.

Dessa forma, não há uma separação abrupta entre o início e o fim da minha relação para com minhas parentes e do que sei das histórias contadas entre e por nós, já que essas são trocas que se estabeleceram ao longo de uma vida e por toda minha vida. Só que ao tomar minhas parentes como interlocutoras, falo aqui de uma análise que se desdobra a partir de um olhar de parente (DAMÁSIO, 2021), mas que também é um olhar etnográfico. Apenas por uma questão de precisão etnográfica, me referirei mais especificamente nesse relato aos dados etnográficos inscritos nos meus diários de campo que foram escritos de forma sistemática e contínua nos últimos três anos e meio.

Dito isso, o importante não é, na análise que se segue, considerar como o parentesco opera enquanto “verdade” ou “mentira” no mundo, mas sim levar em conta como o parentesco se efetua como regra no plano da vida cotidiana, mais especificamente da Analice, minha mãe, parente e interlocutora. Com esse movimento de analisar uma parente-interlocutora será possível vislumbrar como o sistema terminológico e o sistema

de atitudes (KROEBER, 1969 [1909]; RIVERS, 1991; RADCLIFFE-BROWN, 1978) de uma estrutura de parentesco gera curso de vida, expressões de sentimentos e sentidos de obrigação.

A partir do caso apresentado será possível considerar como o parentesco cria situações inescusáveis para a Analice, indica o curso de vida esperado e o caminho que deve seguir — colocando em xeque a explicação de que ela estaria apenas “cumprindo o destino”. Mais, será exequível visualizar como uma pessoa lida com o sentimento de reciprocidade para com o grupo de parentesco e como esse mesmo sentimento é indispensável para a manutenção das moralidades, subjetividades e entendimentos de mundo.

Trabalho, então, com duas perspectivas analíticas ao mesmo tempo em relação a operacionalização do parentesco na vida da pessoa aqui analisada (Analice): a primeira, que o parentesco age como a principal regra¹ na forma de organizar as decisões que são tomadas ao longo do curso de vida de uma pessoa; a segunda, a análise de como uma “filha” reage à posição que ocupa dentro de uma estrutura de parentesco, como essa posição se efetiva e gera o sentimento de dever.

Como Umberto Eco (2012) apontou, todo edifício ou construção conceitual corre o risco de ser frágil e na maioria das vezes o é. Por isso, não ignoro as críticas postas por David Schneider (1972) em relação ao parentesco, mas tomo em consideração que agendas mais limitadas para as análises, utilizando de forma cuidadosa o parentesco como ferramenta analítica, são prolíficas para compreender as relações familiares que aqui serão descritas e os sentidos postos nos casos aqui destrinchados. Por fim, a partir do caso apresentado e analisado, será possível apreender como questões estruturais criam carne e caminhos²

¹ Nesse momento é importante frisar que não são os casos de exceção que interessam a esse texto. Ora, esses são existentes e operantes em qualquer organização social, mas o que interessa aqui é justamente como a regra opera e não as exceções. Ou seja, considerar como as pessoas experimentam o parentesco enquanto regra principal na organização dos próprios caminhos pelo mundo.

² O campo entre minhas parentes começou quando voltei, em 2019, para a cidade da minha avó materna (Anita) para fazer trabalho de campo sobre envelhecimento em contexto rural. Entretanto, como eu era sua principal cuidadora em campo, passei a ficar atrelada ao ambiente doméstico grande parte do dia. Assim, percebi que as de dentro de casa também poderiam ser minhas interlocutoras de pesquisa, ou melhor, minhas parentes-interlocutoras.

Analice

Analice tem hoje 54 anos. Nasceu em Canto do Buriti-PI, em 1967. Terceira filha de sete, foi para São Paulo com 17 anos em busca de “melhores oportunidades de vida” (SARTI, 1994). Foi na periferia de São Paulo que Analice aprendeu o ofício de empregada doméstica, graças a sua tia materna Itamar, que já havia migrado para a cidade anos antes. Em São Paulo, apesar do trabalho, continuou estudando, mas ainda assim não concluiu o ensino fundamental. A mesma só concluiu o ensino médio em 2017, em um supletivo. Nessa mesma cidade, conheceu seu companheiro e teve sua única filha (a autora que aqui vos escreve). Analice migrou com a família (filha e companheiro) aos 28 anos para o interior de Goiás e, depois, aos 39 anos, migrou para o Distrito Federal.

Nessas idas pelo *mundo*³⁴, Analice enterrou seu pai e seu companheiro. Continuou sua jornada saindo do ofício de empregada doméstica para o de diarista. Com isso, passou a trabalhar menos e a ter mais autonomia em relação a suas horas e dias de trabalho, como também aos trabalhos que estava disposta a realizar. Viu sua filha virar universitária, sua mãe Anita (75 anos) *cair pra idade*⁵ (DAMÁSIO, 2020) e sair de Canto do Buriti para receber o *tomar de conta*⁶ de sua filha (e irmã de Analice) mais nova, Regina (46 anos), no entorno do Distrito Federal, mais especificamente em Águas Lindas de Goiás – GO.

Analice e Regina dividiam o *tomar de conta* de Anita. Regina se responsabilizava pelo cotidiano, que envolvia resumidamente o controle do banho, alimentação, medicação, limpeza do quarto que Anita ocupava em sua casa e atenção-afeto. Já Analice, responsabilizava-se pelo que chamava de “parte burocrática” da vida de Anita. Essa parte pode ser circunscrita em administrar a aposentadoria e pensão que Anita recebia, cuidar dos seus bens que ficaram na *origem*⁷, como casas e lotes. Além disso, Analice recebia todo mês de Regina uma lista com os gastos que Anita tinha. Ela também realizava os pagamentos das contas referentes a Anita e a levava ao médico.

3 Tudo que não é Canto do Buriti era nominado enquanto o *mundo*, mas era categoria atrelada principalmente a São Paulo e Brasília.

4 Todas as palavras em itálico são categorias êmicas.

5 *Cair pra idade* era como as pessoas em Canto do Buriti nominavam o que poderíamos entender como “envelhecer”.

6 *Tomar de conta* é um fenômeno que envolve múltiplas questões como disputa de poder, agência, autonomia, limitações corpóreas, ao mesmo tempo que trabalha para a construção e manutenção da hierarquia entre os sujeitos envolvidos nesse processo. De um lado um sujeito que *toma de conta* e do outro o que é *tomado de conta*. Nisso, quem *toma de conta* passa a ser encarregado de policiar, cuidar, tomar decisões, em suma, ele impacta na agência do sujeito de quem *toma de conta*. Para mais detalhes ver Ana Clara Damásio (2020).

7 *Origem* é sempre utilizado para se referir a Canto do Buriti. É aquilo que não é o *mundo*.

Contudo, Analice começou a narrar, no final de 2020, quando sua mãe teve um AVC, uma coisa que “sempre me incomodou, mas parece que agora piorou”. Ela achava que Anita deveria ser *tomada de conta* em sua casa na *origem* (Canto do Buriti) e em tempo integral. Esse cenário apresentado por ela era diferente do que estava ocorrendo, com Anita na casa de Regina no *mun-do* (entorno do Distrito Federal) e com cuidados que se encaixavam na rotina de trabalho de Regina. Não era novidade para as filhas que Anita nunca quis sair de Canto do Buriti, ela o fez pois nenhuma das suas *filhas-mulher*⁸ queria voltar para Canto do Buriti para *tomar de conta* e Regina foi a única a afirmar que seria a *tomadora de conta* da sua mãe, desde que fosse em sua casa. Isso fez com que Anita fosse para o *mun-do*.

Ainda em Canto do Buriti, em junho de 2019, acompanhei a visita que Anita fez a sua mãe Rebinha (94 anos). Nesse episódio, Anita começou a chorar copiosamente, pois explicava para a mãe que estava sendo “obrigada” a voltar para a casa de sua filha Regina, mesmo não ambicionando. Rebinha então verbalizou: “Vá, minha filha! Você tem que ir pontar suas filhas! Você sabe o que acontece se você fica na mão de particular! Cumpra seu destino!”. Anita começou a chorar ainda mais, tomou a benção de sua mãe e seguiu comigo para o entorno do Distrito Federal.

Esse sentimento de Analice, de que a mãe deveria estar na casa dela em Canto do Buriti, pareceu crescer em cada visita que fazia a Anita na casa de Regina. “Regina trabalha, não tem como ficar de olho em mãe o tempo todo. Parece que mãe tá tão só na casa de Regina quanto tava na casa dela [Canto do Buriti]”. Foi então que o plano de voltar para Canto do Buriti para “viver por um tempo” na casa de Anita começou a tomar força e forma para Analice. Para voltar, Analice dependia que sua filha de 26 anos conseguisse se sustentar sozinha no Distrito Federal, para que ela então pudesse “ir em paz” sabendo que a mesma ficaria assistida financeiramente e conseguisse “tocar a vida”, já que Analice era a principal provedora da casa. Foi então que sua filha, a autora deste relato, conseguiu aprovação no doutorado, recebeu uma bolsa de estudos para cursar o mesmo e deixou sua mãe mais tranquila para voltar para a *origem*.

8 As categorias *filha-mulher* e *filho-homem* são formas locais de distinguir a prole que nasceu com uma vagina ou um pênis. A partir disso, elas são capazes de gerar diferentes responsabilidades e expectativas sociais. Vale ressaltar que estamos falando de um contexto de pesquisa extremamente heteronormativo onde concepções particulares de diferença sexual ainda são consideradas elementos centrais para ligar vagina à *filha-mulher* e pênis ao *filho-homem*.

Só que existia um detalhe em toda essa equação. Analice não gostava de Canto do Buriti: “Não tem nada naquela cidade”, “Eu não sinto que aquele é meu lugar”, “Tô indo porque fiz uma promessa pra mim mesma e pra mãe”, “Parece que voltar pra lá é ir pra se enterrar de vez”, “Vai ser complicado viver lá [Canto do Buriti]”. Ao indagar minha mãe do porquê seria tão complicado viver em Canto do Buriti por no mínimo um ano, ela disse que: “A gente se acostumou a viver assim. Não tem um lugar. A gente já se mudou tanto, mas eu sinto que não me encaixo lá, não penso como o povo de lá”. Então por que mesmo assim ela iria voltar com Anita (minha avó) para viver em Canto do Buriti por no mínimo um ano? Por que mesmo contra sua vontade minha mãe “sentia” que devia de alguma forma esse *tomar de conta* para minha avó e essa volta para Canto do Buriti depois de tanto tempo no *mundo*?

Ressalto que, se por um lado para minha mãe seria um “sofrimento” voltar, ela também conseguia ver pontos positivos – por menores que fossem – nesse retorno para Canto do Buriti. Ela dizia que tia Regina poderia descansar um pouco mais. Ela sabia que *tomar de conta* não era fácil, muito pelo contrário. Também sabia que apenas *tomar de conta* da parte burocrática da vida da mãe não era mais suficiente para ela-elas, sentia que o *tomar de conta* que minha avó recebia precisava mudar. Essa situação para minha mãe seria escusável apenas de uma forma, caso minha avó morresse. É importante considerar como apenas a morte de um membro da família em alguns casos é capaz de desligar, ou no mínimo, desobrigar as pessoas, em relação ao sentimento de dever e obrigação para com algum parente ou para com toda a família. Eis que minha mãe saiu dos seus respectivos empregos e seguiu com minha avó para Canto do Buriti em dezembro de 2021 para cumprir “a promessa que fiz a mãe”.

Um jeito de olhar

Ao considerar o que foi dito na seção anterior a partir do caso etnográfico da minha mãe, vemos que as relações familiares dela e os desdobramentos-dilemas em relação ao próprio curso de vida, estão perpassados principalmente por ela ocupar a posição de *filha-mulher* dentro da nossa família. Esse sentimento de obrigação se efetiva, a partir do momento que percebemos que o parentesco **cria** sentimentos de dever e efetiva relações de obrigação. Afinal, no domínio doméstico, o ego reconhece todo um conjunto de relações e age em relação a ele (FORTES, 1974). Ao mesmo tempo, devemos considerar que os parentes envolvidos em suas respectivas redes de trocas reagem imediatamente uns aos outros e aos papéis sociais que precisam desempenhar. Cada membro da família deve

assumir seu papel nessa estrutura e cumpri-lo de acordo com o esperado socialmente (GOFFMAN, 1975). É justamente por isso que os *filhos-homens* da minha avó (três no total) nem ao menos entravam no cálculo de alguém que deveria *tomar de conta*. Adicionamos, assim, o gênero ao parentesco, que parece amarrar mais ainda esses sentimentos a pessoa. O parentesco (*filha ou filho*) delimita quem deve despender o *tomar de conta* com os pais que *caíram pra idade*, mas é o gênero (*mulher*) que atribui quem dentre as *filhas-mulher* fará isso efetivamente.

É relevante levantar que as pessoas dentro das famílias são consideradas pesadas, lidas, mensuradas e entendidas em seu fazer-família, relação e relacionalidades (CARSTEN, 2000). Elas estão agindo cotidianamente através de relações que foram construídas ao longo de uma vida. E essas mesmas relacionalidades efetuaram-se através de trocas de substâncias, comidas, afetos, conflitos e violências (CARSTEN, 2014). É por isso que, apresentar a perspectiva de que uma *filha-mulher* volta a *origem* mesmo sem ambicionar tal percurso e posição, não deve ser visto como uma anomalia das relações familiares. O “sacrifício”, como colado por minha mãe ao se referir ao retorno para Canto do Buriti, pode ser parte constituinte de algumas formas de fazer-família e constituir parentesco. Como Andréa Lobo (2020) apresenta em sua reflexão acerca do fazer-família e des-fazer família, é preciso levar em conta que as famílias são compostas também por não-ditos, mentiras, manipulações, fracassos e violências.

É importante que o parentesco não seja tomado apenas em seus termos positivos ou negativos e, respectivamente, encarado dentro da divisão binária entre bom e ruim. Muito pelo contrário. A violência é inclusive uma forma de constituir relações, relações de poder e fazer com que a vontade do grupo (coletiva) impere sobre um membro. Sob essa ótica, o caso etnográfico aqui posto mostra a atualização e sofisticação do parentesco em modelar contemporaneamente sentimentos de obrigação, inescapabilidade e inescusabilidade.

Sinalizo nesse momento que minha mãe está começando a experimentar a entrada na terceira idade, chegando em um momento de rever seu curso de vida percorrido até agora, o que fez e o que gostaria que fizessem por ela. Não é por acaso que, constantemente, ao dizer que faria esse “sacrifício” por minha avó, ela repetia em seguida a seguinte frase: “Faço isso por mãe para que possam fazer isso por mim no futuro”. O “possam” era direcionado a mim, sua única filha, sua *filha-mulher*. Em um certo sentido, ao ouvir essa frase da minha mãe eu também sentia o peso da minha posição e os deveres e obrigações que estavam colocadas nela [o peso de ser filha e ser mulher]. Ela estava

retornando para Canto do Buriti como filha, mas também deixando suas palavras e expectativas como mãe. Isso, fazia com que ela e eu, reagíssemos imediatamente as expectativas criadas por essa posição dentro da estrutura do sistema de parentesco. Assim como passávamos também a ser afetadas e encarar o processo de nos subjetivarmos a partir delas [sofrer, sentir saudade, fazer “sacrifício”].

Contudo, Analice me ouvia tencioná-la sobre essa volta para Canto de Buriti, questionando o porquê de colocar a vida da mãe dela à frente da sua vontade. Como parente e antropóloga, eu acabo exercendo o papel de alguém que não apenas etnografa, mas que também gera tensões, reflexões e conflitos dentro da própria família. Os caminhos da etnografia feito entre parente-interlocutora é também o caminho da vida (das nossas vidas). É justamente por isso que minha mãe, mesmo com toda vontade de não ir, me respondia com: “Porque eu devo isso à mãe”. Minha mãe foi para o *mundo* e lidou com outras formas de viver nele. Ela também se mudou algumas vezes ao longo de sua vida, ainda assim voltou para Canto do Buriti, mesmo sem querer.

Como pode alguém voltar (ou ir) mesmo sem querer? Quando falo em ir, saliento aqui o que Rebinha (minha bisavó) disse à Anita (minha avó): “Vá, minha filha! Você tem que ir pontar suas filhas! Você sabe o que acontece se você fica na mão de particular! Cumpra seu destino!”. Anita não é apenas mãe e avó... Ela também é filha e escuta a própria mãe apontar o que ela deveria *cumprir*. O *particular*, ao qual se refere Rebinha, é um não parente. É através do não parente que pode, principalmente, emergir os possíveis maus-tratos, os não cuidados, o desrespeito. A desconfiança é constante para com aquele que não tem uma relação de direito e obrigação que foi criada ao longo de toda uma vida.

Entretanto, qualquer relação é constituída a partir de direitos e obrigações entre as partes envolvidas, mas o que Rebinha frisava em algum sentido, é que a relação entre parentes forja sentimentos que apenas as relações familiares são capazes de produzir. Ao mesmo tempo, havia um ar de sentença em “cumpra seu destino”. Cumprir o destino é não ter opção, é preciso fazer o que tem que ser feito. E esse parece um sentimento compartilhado por Anita e Analice quando vão ou voltam, para fazer o que precisa ser feito – e todo esse circuito de deveres e obrigações seguem a etiqueta do parentesco e do gênero. Há um aspecto importante nessa organização familiar de seguir o que o parentesco fornece. Analice volta para o “sofrimento” e o *tomar de conta*. Anita foi para o *mundo*, pois era a única forma de receber o *tomar de conta* da sua rede de parentesco.

As relações de parentesco, familiares e de gênero fazem com que Analice ordene suas expectativas em relação a vida, morte e cursos de vida. Analice viveu em São Paulo,

Goiás e Distrito Federal, ela estava em movimento pelo *mundo*, mas mesmo em movimento e fluxo também estava enredada em relações de parentescos, familiares e de gênero que lhe exigiam o cumprimento de suas obrigações enquanto *filha-mulher*. Afinal, as relações de parentesco estão diluídas contemporaneamente? Ou melhor, as pessoas diluem seus valores “familiares” e, por isso, morais, ao entrarem em contato com outras formas (urbanas e cosmopolitas) de organizar e ordenar o mundo? Ou elas se rendem a inescusabilidade do parentesco? Em alguma instância uma “filha” tem a opção de não se render?

A criação do destino

Schneider (1972) foi assertivo ao colocar que o parentesco não era uma categoria ética, mas sim uma categoria êmica. Entretanto, aquele não era o fim dos estudos do parentesco enquanto categoria analítica, mas sim um recomeço em outros termos. Ou seja, ele alertou-nos para que encaremos o parentesco pela via do processo, do agente, de quem vive o parentesco (e de quem não o vive). Justamente por isso, a análise aqui realizada e apresentada pela narrativa de Analice, considera suas respectivas posições dentro do próprio grupo, onde ela elenca os laços de parentesco como relevante para organizar a vida.

Mas há algo a complexificar aqui no diálogo com a crítica de Schneider em relação ao caso que trago, pois a crítica dele remete ao parentesco como um sistema do tipo político-jurídico e de leitura do mundo, tal como era desenhado pelos modelos clássicos. Já o exemplo aqui citado, se aproxima do parentesco do cotidiano, parentesco como relações familiares e não como um sistema, um modelo. Portanto, a força da norma – da estrutura, no caso analisado aqui – se impõe pelos laços de família, pelas dívidas oriundas de uma estrutura que molda essas relações, por um cotidiano de trocas que produz a dívida.

Nesse sentido, o parentesco está mais vivo do que nunca e ganha fôlego sob uma perspectiva e virada feminista que aliava o parentesco e as discussões de gênero (COLLIER; YANAGISAKO, 1987; CARSTEN, 2000; FONSECA, 2003). Mais do que o alinhamento que se deu com força entre parentesco e gênero a partir dos anos 1970, eram os cuidados que as teóricas insistiam em possuir. Um desses cuidados era o de abandonar a ambição de tratar o parentesco como a base da antropologia e como a principal forma explicativa de como a vida é vivida. E disso não resultava jogar o

parentesco fora, mas trazê-lo para o chão, dar um passo atrás (ou dois) e considerar seu uso – e ponderar onde era realmente relevante utilizá-lo como ferramenta analítica.

Seguindo essas críticas, resolvi empregar o parentesco como categoria analítica para dar conta da proposição levantada por Rebinha de que em algum sentido sua filha Anita deveria *cumprir o destino*. Analice seguia seu destino quando sentia que devia *tomar de conta* da sua mãe na *origem*? Anita seguia seu destino quando ia para o *mundo* receber o *tomar de conta* das suas *filhas-mulher*? A resposta do destino seria muito fácil nessa situação e não daria conta do que realmente ocorre nesses contextos. Pois o “destino”, no sentido dado por Rebinha, é justamente uma sucessão de acontecimentos que não se consegue evitar, uma “fatalidade” a que estariam sujeitas todas as pessoas e todas as coisas do mundo. E é justamente o que ocorre com Analice e Anita. Entretanto, elas não estão seguindo o “destino”, estão seguindo suas relações de parentesco. Com isso, chego à conclusão de que não é o destino que cria as relações de parentesco, mas justamente o contrário. São as relações de parentesco que forjam o “destino” – com ferro, fogo e martelar.

É por isso que a “virada” pós-Schneider no parentesco estabeleceu a importância de ajustar os limites e as molduras que resolvemos empregar as análises dos dados etnográficos. Ao mesmo tempo, cabe apresentar como os dados e a construção dos mesmos são consequências temporais. Nesse sentido, foi preferível nessa análise escapar da criação do “destino” para entrar na criação do “parentesco”. Ao entrar na criação do parentesco minha forma de ver o fenômeno mudou. Foi possível demarcar e localizar que era o parentesco como forma de organizar socialmente a vida dessas pessoas que criava o sentimento de dever, obrigação, moldava o sentimento, as subjetividades, a sensação de não conseguir escapar de determinadas situações colocadas pela vida — pois além de serem postas pela vida, eram construídas e consolidadas justamente pelo parentesco.

Analice acionava a linguagem do *tomar de conta* e de dívida que sentia enquanto filha para com sua mãe, como os catalizadores adequados para justificar sua volta para Canto do Buriti. Já Anita era pressionada por sua mãe, todos os parentes imediatos e sua vizinhança em Canto do Buriti, que afirmavam em uníssono, que quem deveria *tomar de conta* de Anita eram suas filhas, onde quer que elas estivessem. O parentesco encontra formas sofisticadas de se misturar com as expectativas geradas para cada gênero e geração. Ele também, nos contextos apresentados, mistura a linguagem moral, com a linguagem do gênero e da geração, para efetivar-se. Entretanto, o que todos os casos apresentados aqui parecem saber e apontar é algo que Igor Kopytoff (2012) já afirmava: “o mundo é um lugar perigoso quando a pessoa não está ligada ao grupo de parentesco” (p. 236). Talvez

venha daí a inescusabilidade do parentesco e o caminho que muitos seguem através do mesmo, mesmo sem ambicioná-lo.

Referências

AUGÉ, Marc (dir.) *Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)*. Lisboa, Edições 70. col. Perspectivas do Homem, n.º 2, 1978 (trad. Ana Maria Bessa, Les Domaines de la Parenté, Librairie François Maspero, 1975).

CARSTEN, Janet. Introduction. In: CARSTEN, Janet (ed.) *Cultures of Relatedness: new approaches to the study of kinship*. Edinburgh: Cambridge University Press, 2000. p. 01-36.

CARSTEN, Janet. A Matéria do Parentesco. *R@U*, v. 6, n. 2, jul./dez, p. 103-118, 2014.

COLLIER, Jane; YANAGISAKO, Sylvia. Towards an unified analysis of gender and kinship. In: COLLIER, Jane; YANAGISAKO, Sylvia (Eds.). *Gender and Kinship: essays towards an unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987. p. 14-50.

DAMÁSIO, Ana Clara. *Fazer-Família e Fazer-Antropologia: Uma etnografia sobre ‘cair pra idade’, ‘tomar de conta’ e posicionalidades em Canto do Buriti-PI*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás – UFG, 2020.

DAMÁSIO, Ana Clara. “Olho de Parente” e o “Olho Estranho”: Considerações etnográficas sobre Viver, Olhar, Ouvir, Escrever e Permanecer. *Novos Debates*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 2-17, 2021.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Revista Ilha*, v. 5, n. 2, p. 5-29, 2003.

FORTES, Mayer. *O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1974.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

KOPYTOFF, Igor. Ancestrais enquanto pessoas mais velhas do grupo de parentesco na África. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 21, p. 1-360, 2012.

KROEBER, Alfred. Sistemas classificatórios de parentesco. In: LARAIA, Roque(org.). *Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969 [1909]. p. 15-25.

LOBO, Andréa. Quando os (des)afetos “fazem famílias”. Não-ditos, mentiras e fracassos nas trajetórias de migração em Cabo Verde. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, v. 28, n. 60, p. 205-222, 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. Kinship. *Man*, v. 30, n. 2, p. 19-29, 1930.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, [1923-24], 1974. p. 183-194.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Sistemas Africanos de Parentesco e Casamento – Introdução. In: MELATTI, Julio Cezar (Org.). *Radcliffe-Brown*. São Paulo: Ática, 1978. p. 59-161.

RIVERS, William. A antropologia de Rivers. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). *A Antropologia de Rivers*. Edunicamp, 1991. p. 71-121.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia, 1994.

SCHNEIDER, David. What is Kinship all about? In: REINING, P. (Ed.). *Kinship Studies in the Morgan Centennial Year*. Washington: Anthropological Society of Washington, 1972. p. 257-274.

Agradecimentos

À minha professora e orientadora Andréa Lobo por efetuar a primeira leitura desse texto e pelos preciosos comentários. E ao Eduardo Couto pela atenta revisão final desse relato.

Recebido em 31 de janeiro de 2022.

Aceito em 27 de junho de 2022.